



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE BIOLOGIA E QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

JUNIELLY SOARES SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DE
PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE CUITÉ - PB**

CUITÉ/PB

2019

JUNIELLY SOARES SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DE
PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE CUITÉ - PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de licenciatura em Química da
Universidade Federal de Campina Grande
para obtenção do Grau de Licenciada em
Química

Orientador: Prof.^a Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa

CUITÉ/PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE

S586d Silva, Junielly Soares.

Os desafios da inclusão escolar na percepção de professores do município de Cuité - PB. / Junielly Soares Silva – Cuité: CES, 2019.

49 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Química) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2019.

Orientação: Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa.

Coorientação: Dr.^a Nayara Tatiana Santos da Costa

1. Educação Inclusiva. 2. Profissão docente. 3. Desafios. I. Título.

Biblioteca do CES – UFCG

CDU 376

JUNIELLY SOARES SILVA

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DE
PROFESSORES DO MUNÍCIPIO DE CUITÉ - PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Química da
Universidade Federal de Campina Grande para obtenção do grau de Licenciada em Química.

Julgada e aprovada em: 13 de Junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa (Orientadora)

CES/UFCG

Prof.^a Dr.^a Nayara Tatiana Santos da Costa (Examinadora)

CES/UFCG

Prof.^a MSc. Marcela de Melo Cordeiro Eulálio (Examinadora)

CES/UFCG

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por ter me guiado, abençoado e não me deixar desistir em nenhum momento. Por ser tão maravilhoso comigo, mesmo eu sendo falha. Agradeço aos meus pais, Ademar e Neco, que sempre fizeram o impossível para me ajudar e nunca deixaram de acreditar em mim, apesar das dificuldades sempre me incentivaram a ser cada dia melhor, minha mãe sempre esteve ao meu lado me dando forças quando eu dizia não conseguir. Aos meus irmãos Ademar Júnior e Arielly Samara, por todo apoio, carinho e ajuda. Amo vocês!

Sou muito grata ao meu amigo, namorado, noivo e esposo, Wanderley Dantas, por ser meu maior incentivador e admirador. Sempre ao meu lado todo esse tempo, pode ter certeza que sempre serei seu maior orgulho e irei retribuir tudo o que me fez. Eu te amo, obrigada por tudo.

Agradeço também a família do meu esposo, minha sogra Dona Fátima, meu sogro Seu Bibi e a minha cunhada Sandra, vocês também são minha família e sempre torceram por mim, obrigada. Amo muito cada um de vocês.

Meus mais sinceros agradecimentos a todos meus companheiros de curso, que tive o prazer de conhecer ao longo dessa jornada pessoas maravilhosas que fazem parte dessa conquista. Em especial, Tatiana Almeida e Déborah Manuela (in memoriam), sei que onde você estiver, está muito feliz com essa conquista, começamos juntas essa jornada, mas, Deus te levou para perto dele. Da mesma maneira, Deus me presenteou com sua amizade Tati, que levarei para toda minha vida. Amo vocês!

Agradeço também a todos os que conviveram comigo durante dois anos no Programa de Educação Tutorial, foi muito bom conviver com vocês. Tenho um grande carinho por vocês. Andréia e Tati, fomos parceiras, de verdade. Trabalhamos muito, foram dois longos anos, mas, valeu a pena. Não poderia deixar de agradecer a minha tutora, Cláudia Patrícia, por todo ensinamento, você é muito especial.

Agradeço a todos os meus professores, aprendi muito com cada um de vocês, em especial a Kiara Tatianny Santos da Costa, antes mesmo de ser minha orientadora eu já a admirava, sempre foi uma excelente professora, tenho certeza que não poderia ter feito uma

escolha melhor. Muito obrigada por tudo, você foi fundamental para essa conquista. A você toda a minha admiração, carinho e respeito, você é um exemplo que sempre irei seguir.

Gratidão a todos!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

(Charles Chaplin)

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais é um assunto discutido mundialmente, a legislação é clara quanto aos direitos do aluno em ser acolhido e matriculado nas instituições de ensino, mas não é suficiente esse acolhimento, posto que é necessário que haja desenvolvimento e aprendizagem significativa. Sendo assim, buscou-se, no presente estudo, compreender desafios da educação inclusiva na percepção de professores da primeira etapa do ensino fundamental, analisando as dificuldades e possibilidades das propostas de inclusão no cotidiano escolar. Diante disso, os objetivos do estudo foram: identificar o que pensam os professores sobre inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental; verificar as dificuldades encontradas diante dos alunos com necessidades educacionais especiais; discutir as possibilidades elencadas para trabalhar na perspectiva inclusiva com as demandas desta realidade. Para o alcance dos objetivos, além de estudo bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo com professores de uma escola da rede municipal de ensino do município de Cuité- PB. O público alvo da pesquisa foram nove professores que possuíam, no mínimo, um aluno com deficiência na turma em que leciona. O estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa e para coleta de dados utilizou-se questionários semiestruturados. Os resultados da pesquisa apontaram que, apesar de favoráveis à inclusão de alunos com deficiência no ensino comum, os professores evidenciam algumas dificuldades como a falta de formação voltada à inclusão, salas de aula numerosas, falta de apoio da família e de profissionais especializados e também a falta de recursos e investimentos. Os resultados mostraram o quanto a educação inclusiva é desafiadora para os professores entrevistados, sendo possível constatar as dificuldades vivenciadas por cada um deles. Entretanto, apesar de todos os obstáculos, os educadores tentam fazer seu trabalho de forma a garantir uma educação de qualidade aos seus alunos.

Palavras – chave: Educação Inclusiva, Profissão docente, Desafios.

ABSTRACT

The school inclusion of students with special educational needs is a matter discussed worldwide, the legislation is clear as to the rights of the student to be welcomed and enrolled in educational institutions, but this is not enough, since there is a need for development and learning significant. Thus, the present study aimed to understand the challenges of inclusive education in the perception of teachers of the first stage of elementary school, analyzing the difficulties and possibilities of inclusion proposals in school everyday. Faced with this, the objectives of the study were: to identify what teachers think about inclusion in the initial years of elementary education; to verify the difficulties faced by students with special educational needs; discuss the possibilities listed to work in an inclusive perspective with the demands of this reality. To reach the objectives, in addition to a bibliographic study, a field survey was carried out with teachers from a school in the city of Cuité-PB. The target audience of the survey were nine teachers who had at least one student with a disability in the class they teach. The study was carried out through a qualitative research and semi-structured questionnaires were used for data collection. The results of the research showed that, despite the fact that they favor the inclusion of students with disabilities in common education, teachers show some difficulties, such as a lack of education for inclusion, large classrooms, lack of family support and specialized professionals, and lack of resources and investments. The results showed how inclusive education is challenging for the teachers interviewed, and it is possible to verify the difficulties experienced by each one of them. However, despite all obstacles, educators try to do their jobs in a way that ensures quality education for their students.

Key - words: Inclusive Education, Teaching profession, Challenges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Referente à fachada da E. M. E. F Tancredo de Almeida Neves.....	24
Figura 2: Inclusão para os professores.....	29
Figura 3: Importância da educação inclusiva na escola.....	30
Figura 4: Ações desenvolvidas.....	31
Figura 5: Dificuldades para prática inclusiva.....	33
Figura 6: Sugestões e possibilidades.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo dos indivíduos.....	26
Gráfico 2: Distribuição da idade.....	27
Gráfico 3: Nível de formação.....	27
Gráfico 4: Tempo de atuação.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	Educação especial e o significado de inclusão escolar	15
2.1.1	Integração e Inclusão	16
2.2	Papel da escola e do professor na inclusão	18
2.3	O atendimento aos alunos com necessidades especiais	20
2.3.1	Atuação do professor na perspectiva inclusiva.....	21
3	METODOLOGIA DE ESTUDO	24
3.1	Tipo de pesquisa	24
3.2	Local da pesquisa.....	24
3.3	Participantes da pesquisa	25
3.4	Instrumento de coleta dos dados: o questionário	25
3.5	Procedimentos de análise dos dados	26
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1	Perfil dos participantes.....	27
4.2	Integração ou inclusão: o que pensam os professores.	30
4.3	Os desafios da atuação docente na perspectiva inclusiva	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICES	43
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

O trabalho analisou os desafios enfrentados por professores e alunos para materializar uma proposta de inclusão escolar na educação básica. Nossa problemática era entender o que pensam os professores do ensino fundamental anos iniciais sobre o processo de inclusão escolar. A partir dessa abordagem, foi possível analisar o papel da escola que é fundamental para a inclusão do aluno, desde o acesso até o papel do professor mediante esse processo de inclusão. Segundo Fávero *et al* (2009), uma educação inclusiva de qualidade está definida no direito de todos os alunos a receberem uma educação de qualidade que atenda suas necessidades básicas de aprendizagem e prospere suas vidas.

A assistência para pessoas com necessidades especiais teve início no Brasil há muitas décadas e com o passar dos anos foi surgindo leis que asseguraram às pessoas o direito à educação de qualidade, respeitando suas especificidades. Conforme Carvalho (2008), a educação inclusiva surgiu como realidade, não sendo mais possível ignorá-la, considerando a escola como fundamental, deixando de lado o aluno padrão e buscando aceitar o diferente. No entanto, a inclusão não é tão simples, porque as leis e o Estado asseguram os direitos à educação a todos, mas, nem sempre disponibiliza ambiente adequado, materiais e profissionais capacitados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Isso acaba dificultando o trabalho dos professores, que, na maioria das vezes, sentem-se despreparados, por não terem nenhuma formação específica para lidar com esse tipo de discentes. É um desafio para os professores materializar a proposta da inclusão, sem esquecer que é preciso efetivamente promover o avanço da aprendizagem dos alunos.

Portanto, este trabalho teve como objetivo analisar a visão dos professores sobre as dificuldades e possibilidades das propostas de inclusão no cotidiano escolar; identificar o que pensam sobre inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental; verificar as dificuldades encontradas diante dos alunos com necessidades educacionais especiais; assim como discutir as possibilidades elencadas para trabalhar na perspectiva inclusiva com as demandas desta realidade.

Para tanto, o trabalho se estrutura da seguinte forma: No primeiro capítulo, foi discutida a educação especial, o significado de inclusão escolar e quais evoluções tiveram ao longo do processo de educação inclusiva no Brasil, contextualizando com o papel da escola e do professor no processo de inclusão, assim como sua atuação frente a uma prática inclusiva.

No segundo capítulo, apresentou-se as características da pesquisa que é qualitativa, realizada através de questionários semiestruturados, com nove professores do ensino fundamental I, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves. Em continuidade, o terceiro capítulo apresentou os dados coletados e as discussões realizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação especial e o significado de inclusão escolar

A primeira responsável pela socialização de indivíduo é a educação, possibilitando o convívio de uma pessoa de forma igualitária e de qualidade na sociedade, possuindo um caráter cultural enfático, facilitando a inserção do indivíduo no meio.

De acordo com Correia (1997), a história da educação especial surgiu na idade antiga, em que as práticas de exclusão das crianças que possuíam alguma deficiência eram bastante frequentes. Em Esparta, antiga Grécia, por exemplo, algumas dessas crianças eram deixadas em montanhas altas e desertas e que normalmente morriam de fome ou eram devoradas por animais.

O desenvolvimento da Educação Especial no Brasil deu - se a partir de um extenso processo de modificações históricas e políticas que, com o passar do tempo, mostrou seu avanço e mesmo com várias conquistas alcançadas, as pessoas especiais se depararam com muito preconceito e discriminação, na qual foram às mesmas que conseguiram formar a história da Educação Especial brasileira e nos países europeus, na Idade Média, os deficientes eram relacionados aos demônios e aos atos de feitiçarias, sendo perseguidos e mortos. Segundo Ferreira (1994, p. 67), existia posicionamentos ambíguos: “Uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito à expressão do poder sobrenatural, ou seja, o acesso as verdades inatingíveis para a maioria”.

Diante disso, faz-se necessário entender a Educação Especial desde a sua origem até hoje é constatado que as escolas especiais sejam as responsáveis pelos progressos da inclusão, contribuindo para a concretização dos direitos de as pessoas com necessidades especiais terem total acesso à educação. No entanto, é nítido que a exclusão e a inclusão das mesmas estão diretamente ligadas às demandas culturais.

Ao longo do tempo, a educação nacional ver uma grande necessidade da realização de mudanças para atender a todos os alunos assegurando o desenvolvimento escolar dos mesmos. Desse modo, o empenho político para encarar um programa que favorece as alterações de qualidade ocorre pela preferência de uma política que não determine o aumento significativo da participação da educação na renda nacional e no orçamento público (FERREIRA & FERREIRA, 2004).

Mantoan (1998) estabelece a integração escolar como sendo uma maneira de inserção na qual o alunado é o responsável pela sua própria adequação ao sistema escolar,

independentemente de serem de classes especiais, comuns ou até mesmo de instituições especializadas.

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (SASSAKI, 2009, p.10)

Desse modo, inclusão refere-se à inserção de todas as crianças em escolas regulares garantindo o direito à educação.

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promove a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (Declaração de Salamanca, 1994, p.7).

De acordo com os autores, devemos lutar contra todo e qualquer tipo de preconceito existente na sociedade, enfatizando as habilidades de cada indivíduo, refletindo por consequência, em uma escola devidamente inclusiva.

2.1.1 Integração e Inclusão

Mantoan (2003, p.15) aborda que “os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação”. Segundo Sasaki (2003), a integração social, no decorrer de mais de 50 anos, orientou a elaboração de políticas e leis e na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de pessoas com deficiência, no qual consistem em adaptar as pessoas com deficiência aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de algumas delas, criou-se os sistemas especiais separados para elas e este paradigma não mais satisfaz a compreensão que se adquiriu recentemente a respeito de como deve ser a sociedade ideal não somente para pessoas com deficiência como também para todas as demais pessoas.

Com isso, surge o paradigma da inclusão social que consiste em tornar a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades, sendo assim discutida e deliberada em relação

aos direitos das pessoas com deficiência focando-se em alguns desses direitos, gerando as políticas públicas em resposta às pessoas com deficiência, formulada grandemente fundamentada em decretos e leis, assim como em declarações e recomendações de âmbito internacional. É importante ressaltar que a inclusão social tem refletido os valores e paradigmas vigentes em determinados lugares e tempos, assim registrando as mudanças de mentalidade que ocorreram ao longo da história (SASSAKI, 2003).

Mediante o exposto, a inclusão social não se refere exclusivamente às pessoas com deficiência, mas, sim, a todas as pessoas até então excluídas dos sistemas sociais comuns e que precisam estar incluídas mediante a adaptação da sociedade às necessidades e peculiaridades específicas de todas as pessoas. Assim como os princípios da inclusão social, dentre os quais citamos os seguintes: Celebração das diferenças, Direito de pertencer e Valorização da diversidade humana (SASSAKI, 2003).

De acordo com Sasaki (2003, p.2), os princípios da inclusão social são definidos como sendo:

A celebração das diferenças significa que as diferenças são bem-vindas, são atributos, implicam em maneiras diferentes de se fazer as coisas, muitas vezes necessitam tecnologias específicas e apoios especiais. O direito de pertencer significa que ninguém pode ser obrigado a comprovar sua capacidade para fazer parte da sociedade. E a valorização da diversidade humana significa que a sociedade se beneficia com o fato de ser composta por uma tão variada gama de grupos humanos. A sociedade precisa da contribuição única que pessoas e grupos de pessoas podem dar para o enriquecimento da qualidade de vida de todos.

É mediante a inclusão que surge uma nova teoria sobre a velha teoria da inteligência única, substituindo-a pela teoria das inteligências múltiplas, segundo a qual todos os seres humanos possuem pelo menos oito inteligências, sendo estas: corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal, lógico-matemática, musical, naturalista, verbal-linguística e visual-espacial. Com isso, não mais se classifica as pessoas como tendo “inteligência acima da média”, “inteligência média”, “inteligência abaixo da média” e “inteligência zero”. Haja vista que, segundo a teoria das inteligências múltiplas, todas as pessoas são inteligentes, cada uma ao seu modo, pois é única a composição dos níveis de desenvolvimento das oito inteligências combinadas com o estilo de aprendizagem de cada um. Logo, a participação de qualquer pessoa, mesmo daquelas com deficiência mais comprometida, torna-se possível a qualquer atividade graças ao uso das diversas inteligências que possuímos (SASSAKI, 2003).

Dando ênfase à elaboração de novas políticas públicas, devendo passar pelo prisma da inclusão social, a fim de que se tenha a garantia de que está num rumo certo diante das novas tendências mundiais no enfrentamento dos desafios da diversidade humana e das diferenças individuais em todos os campos de atividade humana.

Ressalta-se, conforme Sasaki (2003), que as novas políticas públicas devem estar atentas a certas práticas geradas sob o paradigma da integração social, sendo, assim, realizada a criação de subsistemas separados para pessoas com deficiência (escolas especiais, classes especiais, brinquedos separados em parques de diversões etc.), aceitação de cotas específicas para pessoas com deficiência (reserva de vagas em concursos, no mercado de trabalho, em assentos em transportes coletivos e certa porcentagem de transportes coletivos adaptados etc.).

No qual, tais práticas são segregativas, discriminatórias e reforçadoras de estigmas, entre outros aspectos negativos, é voltando o olhar para tais atividades que se faz necessário educar a sociedade para que se adote uma visão inclusiva na elaboração e prática das políticas públicas, que percorra em torno dos direitos e necessidades de todos os segmentos populacionais e o que ocorre em torno da integração e da inclusão cria ainda inúmeras e infundáveis polêmicas, provocando as corporações de professores e de profissionais da área de saúde que atuam no atendimento às pessoas com deficiência (MANTOAN,1998).

De acordo com Sasaki (2003, p.2),

Os inclusivistas são os adeptos e defensores da inclusão e estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc. em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc. Este paradigma já serviu de base para a aprovação de diversos instrumentos legais, assim como de várias declarações e recomendações mundiais.

A inclusão é para todos, independentemente das diferenças e desigualdades, todos podem permanecer juntos, no mesmo ambiente e ao mesmo tempo vivendo em sociedade.

2.2 Papel da escola e do professor na inclusão

O movimento do processo de inclusão tem como principal objetivo proporcionar a todos o direito à educação, uma vez que o direito do aluno com necessidades educacionais especiais, assim como todos os cidadãos e as escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, problemas estes que vão desde as deficiências até outras dificuldades

de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos.

Nesse sentido, as escolas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar. Logo, não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar — daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente (MANTOAN, 1998, p.33).

Mantoan (1998,p.34) aponta que

O sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência que deve ser superado e essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino.

Os alunos com necessidades educacionais especiais são as principais pessoas que sofrem com a exclusão escolar, social, a raça, cor, sexo e o histórico familiar, é mediante isso que se pode perceber que a inclusão de um aluno ao ambiente escolar e a sociedade não se refere só a sua deficiência.

No entanto, sabe-se que a realidade é bem diferente do que se propõe a legislação, pois a proposta de educação dos dias atuais ainda não oferece e nem garante condições satisfatórias para se considerar realmente uma educação inclusiva. Faz-se ainda necessária uma maior capacitação profissional, elaboração de projetos específicos da área, entre outros, garantindo, assim, uma educação para todos que consista não só na aceitação dos alunos, mas, também, há sua valorização, considerando as suas limitações e também a sua permanência no ambiente escolar.

Então, a educação inclusiva estabelece um novo modelo na qual a escola é que precisa se adaptar às necessidades do aluno, diferente da educação tradicional em que o aluno é quem precisa se adaptar ao ambiente escolar, garantindo que o aluno permaneça na escola e que o seu desenvolvimento seja benéfico. Ou seja, a escola deve estar preparada para os desafios que venham a surgir, considerando que, em uma escola, existe uma grande diversidade de cultura, características próprias, ritmos de aprendizagem que torna seus alunos únicos e especiais.

Segundo Mantoan (1997), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito discutido, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito que todos, independentes de suas necessidades, têm a uma educação de

qualidade, e que a inclusão depende da capacidade de lidarmos com a diversidade e com as diferenças de cada um.

A educação inclusiva deve favorecer não só os alunos com necessidades educacionais especiais, mas também os demais alunos que passam a adquirir respeito e conscientização para lidar com as diferenças. Com isso, a prática da inclusão não se resume a alunos com necessidades educacionais especiais, mas a todos que estão excluídos por não se encaixar aos padrões de alunos considerados comuns pelo sistema educacional, a raça, sexo, idade, a cor e a origem do indivíduo são motivos para exclusão escolar e social das pessoas.

Portanto, para que aconteça a inclusão, não precisa apenas existir as leis que garantem o direito à educação, é necessário que alunos estejam matriculados, frequentando a escola, professores capacitados e um ambiente escolar que atenda às necessidades do aluno.

2.3 O atendimento aos alunos com necessidades especiais

É importante que o processo de inclusão seja eficaz para os alunos que apresentam necessidades especiais. Para que isso aconteça, é necessária uma reorganização nas escolas dependentes de ações que se encontram centradas no projeto político-pedagógico, sendo este uma ferramenta que contém as diretrizes gerais da escola traçada-se com o realismo e responsabilidade. Tal projeto parte das demandas que se surgem após a realização de diagnósticos que penetram fundo nos pontos positivos e fracos dos trabalhos desenvolvidos, onde se definir objetivos e prioridades de atuação que proponham iniciativas com ações contendo em si metas responsáveis para coordená-las. Com isso, os dados contidos nele esclarecem ao diretor, professores, coordenadores, funcionários e pais sobre a clientela, os recursos humanos e os materiais, de que a escola dispõe fazendo com que todos sejam beneficiados (MANTOAN, 2003).

É apontado por Mantoan (2003, p.35) que “os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político-pedagógico de cada escola”.

É destacado por Mantoan (1998, p.36) que

O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde aos princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência onde na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou

dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

É importante enfatizar sempre que o processo de inclusão não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agir de forma realista e coerente admitindo que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados. Ressalta-se como fundamental, considerar que cada escola, cada turma, cada professor, cada aluno, possuem suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades no cotidiano em que vivem (MANTOAN, 2003).

Mas, é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples as diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas. Cabendo a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de melhorar a aprendizagem para todos os alunos envolvidos.

2.3.1 Atuação do professor na perspectiva inclusiva

O professor é o mediador entre o aluno e conhecimento, cabe a ele, promover um ensino democrático e sem desigualdade. Para que uma escola possa ser inclusiva, necessitamos de professores preparados a receberem os alunos, aptos a lidar com experiências de aprendizagem e de práticas de ensino que possibilitem um bom desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais. O ensino deve atender as diferenças apresentadas dos alunos, mas sem que ocorra uma diferencial no ensino para cada um, dependendo de outras condições, para abandonar um ensino transmissivo e uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, fazendo assim o sucesso para a aprendizagem.

De acordo com Mantoan (1998, p.38) esta aprendizagem está voltada em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.

A educação não disciplinar mediante Mantoan (1998, p.38 apud Gallo, 1999) propõe algumas condições:

- O rompimento das fronteiras entre as disciplinas curriculares;
- A formação de redes de conhecimento e de significações em contraposição a currículos conteudistas, a verdades prontas e acabadas, listadas em programas escolares seriados;
- A integração de saberes, decorrente da transversalidade curricular e que se contrapõe ao consumo passivo de informações e de conhecimentos sem sentido;
- Policompreensões da realidade;
- A descoberta, a inventividade e a autonomia do sujeito, na conquista do conhecimento e;
- Ambientes polissêmicos, favorecidos por temas de estudo que partem da realidade, da identidade sociocultural dos alunos, contra toda a ênfase no primado do enunciado desencarnado e no conhecimento pelo conhecimento.

Conforme enfatiza Mantoan (1998, p.39), “o ponto de partida para se ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno, ao aprender, e não pelo professor, ao ensinar”. É considerada a avaliação como instrumento de aperfeiçoamento e de depuração do ensino, que ao diminuir seu caráter classificatório das notas das provas, torna-se para todos uma ferramenta mais adequada e eficiente, diminuindo assim, o número de alunos excluídos das escolas, logo uma visão diagnóstica da avaliação escolar é indispensável quando se ensina a turma toda.

Mantoan (1998, p.39) afirma que para se ensinar a turma toda, tem-se as práticas consagradas nas escolas:

- Propor trabalhos coletivos, que nada mais são do que atividades individuais realizadas ao mesmo tempo pela turma.
- Ensinar com ênfase nos conteúdos programáticos da série.
- Adotar o livro didático como ferramenta exclusiva de orientação dos programas de ensino.
- Servir-se da folha mimeografada ou xerocada para que todos os alunos as preencham ao mesmo tempo, respondendo às mesmas perguntas, com as mesmas respostas.
- Propor projetos de trabalho totalmente desvinculados das experiências e do interesse dos alunos, que só servem para demonstrar a pseudo-adesão do professor às inovações.
- Organizar de modo fragmentado o emprego do tempo do dia letivo, para apresentar o conteúdo estanque desta ou daquela disciplina, e outros expedientes de rotina das salas de aula.
- Considerar a prova final como decisiva na avaliação do rendimento escolar do aluno.

Essas práticas são configuradas como o velho e conhecido “ensino para alguns alunos” em alguns momentos, algumas disciplinas, atividades e situações de sala de aula. É assim que

a exclusão se alastra e se perpetua, atingindo todos os alunos, não apenas os que apresentam uma dificuldade maior de aprender ou uma deficiência específica. Existe uma minoria de alunos que rejeitam propostas descontextualizadas de trabalho escolar, sem sentido e atrativos intelectuais: eles protestam, a seu modo, contra um ensino que não os desafia e não atende às suas motivações e aos seus interesses pessoais (MANTOAN, 1998).

O ensino seletivo é ideal para gerar indisciplina, competição, discriminação e preconceitos, além de categorizar os bons e os maus alunos, por critérios que são, em geral, infundados. É importante destacar que as desigualdades tendem a se agravar quanto mais especializamos o ensino para alguns alunos. Tais desigualdades, em geral iniciadas no âmbito escolar, expandem-se para outros domínios e áreas, marcando indelevelmente as pessoas atingidas.

A maioria dos professores tendem a manter uma metodologia de ensino tradicional e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado. Reconhece-se que as inovações educacionais, assim como a inclusão abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los.

Para se retirar a ideia que o professor é quem tem a chave do saber, deve-se sobrepor a ideia de que os alunos são submetidos a intelectual e que agindo com coerência a certa novidade, com isso o professor deve priorizar a avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações-problema em perda da memorização de informações e da reprodução de conhecimentos sem compreensão.

É, de fato, pensando no produto final da aprendizagem da educação compensatória, em que se acredita na superioridade de alguns, inclusive a do professor e na inferioridade de outros, que são menos dotados, menos informados e esclarecidos, desde o início do processo de aprendizagem curricular e o tempo de construção de uma competência varia de aluno para aluno e sua evolução é percebida por meio da mobilização e da aplicação do que o aluno aprendeu ou já sabia para chegar às soluções pretendidas.

3 METODOLOGIA DE ESTUDO

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa procurou alinhar-se aos passos da pesquisa *qualitativa*, que segundo Bogdan e Biklen (1982), possui cinco princípios básicos: 1-O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento; 2-Os dados colhidos são de natureza descritiva; 3-A preocupação com o processo é muito maior que com o produto; 4-O significado que as pessoas dão às coisas é foco de atenção especial do pesquisador; 5-A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, sem uma hipótese elaborada anteriormente.

Já Godoy (1995) considera que a pesquisa qualitativa se preocupa com “[...] o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, no qual [...] um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre [...]”. Também, Martins (2004) diz que a pesquisa qualitativa se preocupa em analisar ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intenso dos dados, sendo eles empíricos. Dentro da pesquisa qualitativa, esta pesquisa é uma pesquisa de campo.

3.2 Local da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em uma escola do município de Cuité, que é localizado na microrregião do Curimataú Ocidental Paraibano, com 20.348 habitantes e uma área de 741,840 km² (IBGE, 2019).

A Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves foi escolhida para esta pesquisa. Ela apresenta o nível de alfabetização e ensino fundamental I, além das modalidades de ensino regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Figura 1 - Fachada da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, Cuité – PB, 2019.



Fonte própria do pesquisador, 2019.

3.3 Participantes da pesquisa

O público alvo desta pesquisa foi composto por 9 professores da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves e como critérios para sua inclusão na pesquisa foram os descritos abaixo:

- Aceitar participar da pesquisa
- Possuir no mínimo um aluno com deficiência na turma em que leciona.

3.4 Instrumento de coleta dos dados: o questionário

A coleta dos dados foi realizada nos dias 14 a 24 de abril de 2019, utilizando-se de questionários do tipo semi estruturado (apêndice 1), que foram aplicados nos horários opostos de aula dos professores participantes do estudo, com o consentimento da direção escolar e dos professores. Os questionários foram construídos de forma a dar o máximo de liberdade de respostas para os sujeitos da pesquisa. Eles também foram *semiestruturados*, ou seja, continham uma lista de questões prontas e algumas outras perguntas foram inseridas no decorrer da pesquisa (XAVIER, 2014).

Os questionários continham oito questões. A primeira parte do questionário continha a caracterização dos participantes e, em seguida, perguntas abertas e fechadas sobre a temática pesquisada. O pesquisador interferiu o mínimo possível com os participantes durante a execução da pesquisa.

Antes da aplicação dos questionários, foi entregue uma carta de apresentação (anexo 1) ao responsável legal da escola (direção) e uma carta de apresentação e um termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 2) ao professor participante do estudo, para que os mesmos ficassem conscientes da natureza da pesquisa e dos procedimentos que foram utilizados.

3.5 Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados coletados foi feita utilizando-se a operação de categorização descrita na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). “As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117).

Nessa análise, observou-se quais os desafios, experiências e dificuldades que os professores da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves têm em relação à educação especial e à percepção e posicionamento dos mesmos frente à temática supracitada.

Após a sistematização dos dados, foram identificadas as categorias de análise de acordo com os objetivos dessa pesquisa. Para a elaboração dos resultados, os dados foram tratados e as categorias foram dispostas em quadros, com citações de respostas dos sujeitos participantes da pesquisa (as respostas foram transcritas literalmente).

Foi criado um sistema de classificação alfanumérico para distinguir e citar os sujeitos participantes, além de ter sido atribuída uma numeração crescente para identificá-los, de forma que o indivíduo citado como **A1** corresponde ao professor participante 1 da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves.

As características específicas de cada categoria estão descritas nos resultados e discussão do trabalho, em que também foram estabelecidas relações entre os dados obtidos com a literatura pertinente.

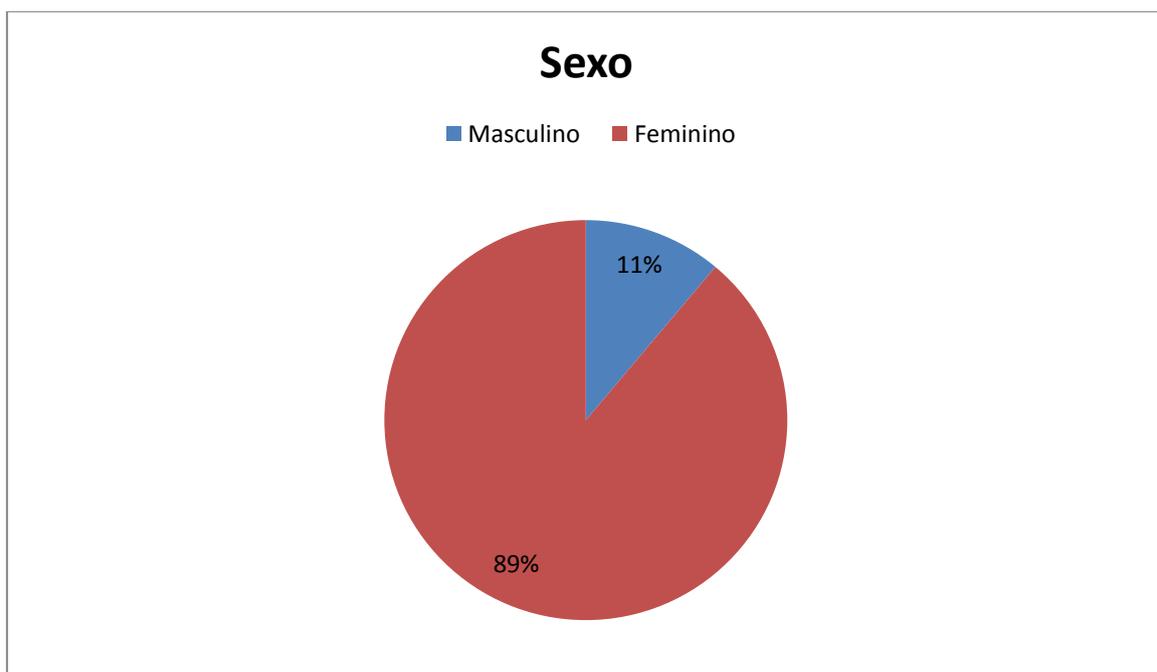
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho analisou a visão dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental em relação às dificuldades e possibilidades de uma proposta inclusiva no cotidiano escolar, tendo como local para sua realização a Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, que atende aos critérios da entrevista, possuir no mínimo um aluno com deficiência em cada turma. Inicialmente, foram analisados alguns dados acerca do perfil dos participantes da pesquisa. Em seguida, os resultados foram apresentados com base nas respostas obtidas a partir do questionário aplicado, no qual foi realizada uma análise qualitativa.

4.1 Perfil dos participantes

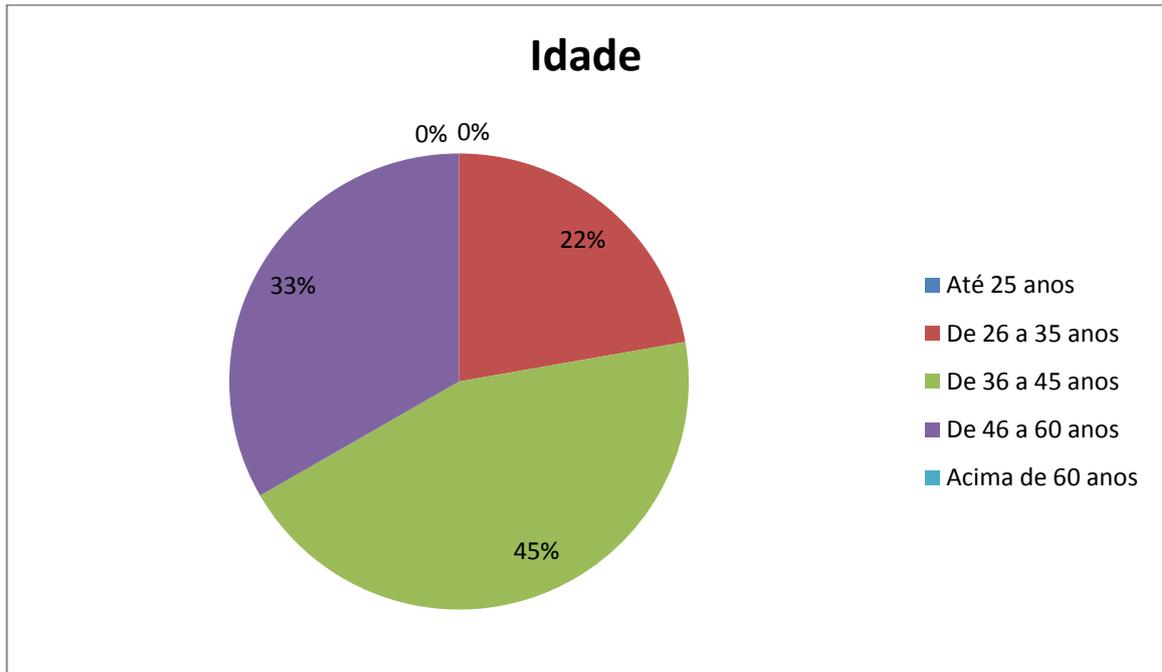
Os indivíduos participantes da pesquisa foram questionados sobre sexo, idade, nível de formação e tempo de atuação, como mostram os gráficos 1, 2, 3 e 4, respectivamente. A princípio, no (Gráfico 1), temos o sexo dos professores entrevistados.

Gráfico 1: Sexo dos indivíduos



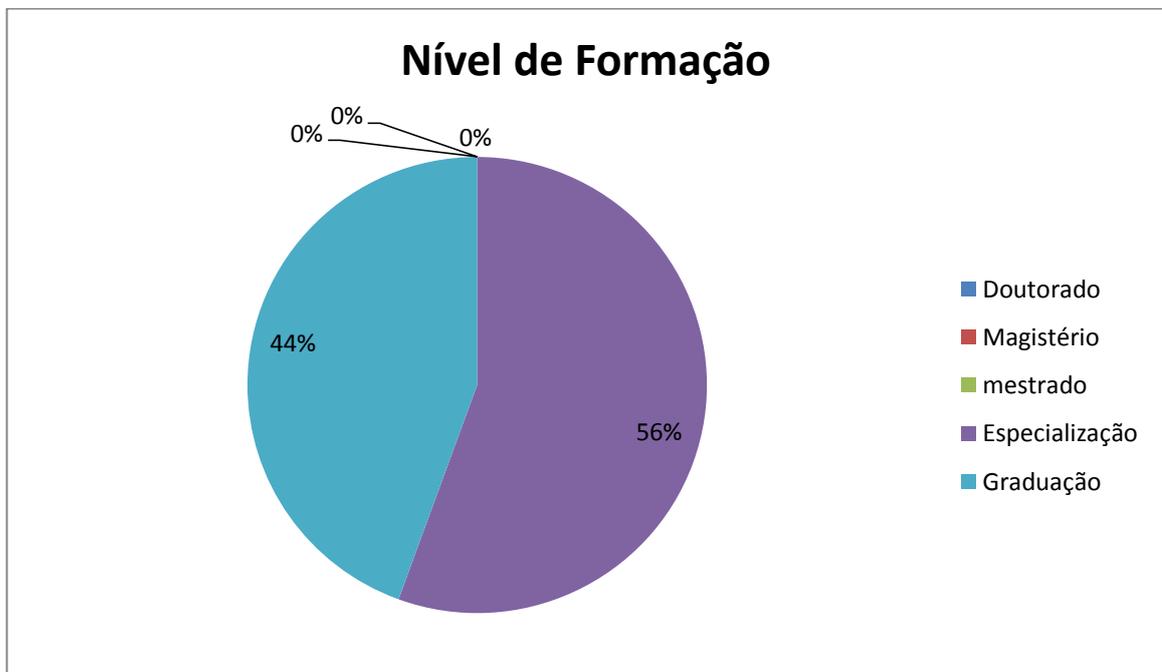
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Assim, os participantes do sexo feminino totalizaram 89% e do sexo masculino 11%.

Gráfico 2: Distribuição da idade

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

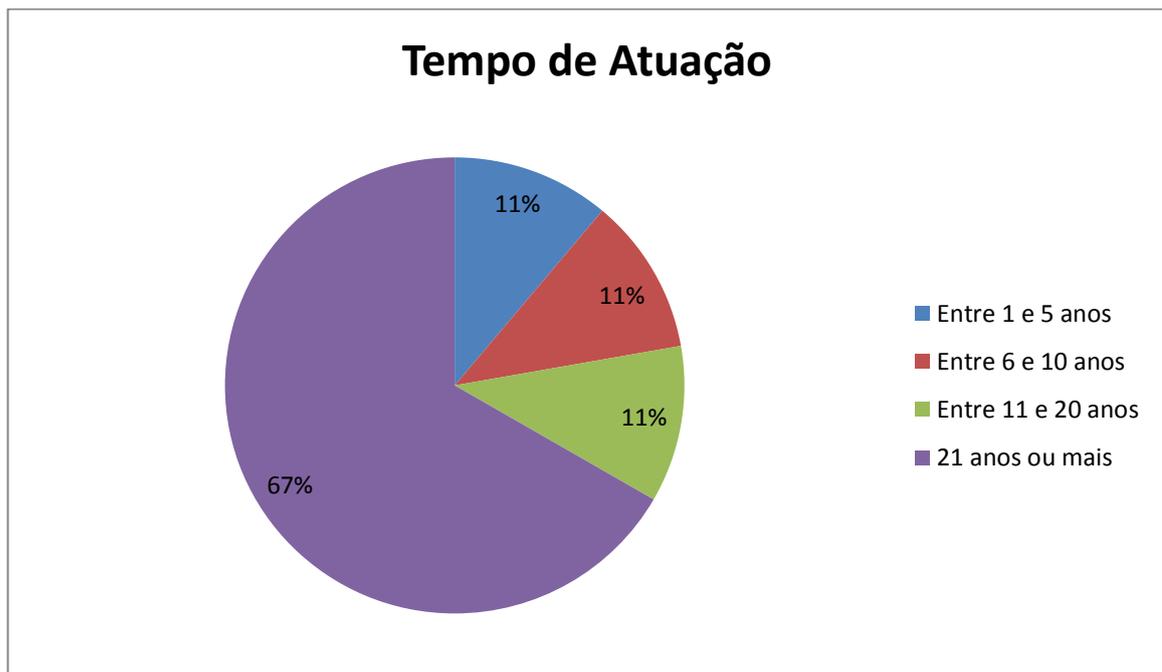
Quanto à idade, os indivíduos tinham entre 26 e 60 anos, 22% representam os entrevistados até 35 anos, 33% representam os participantes entre 36 e 45 anos e 45% com mais de 45 anos, como mostra o (Gráfico 2).

Gráfico 3: Nível de formação

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto ao nível de formação, 44% dos entrevistados possuem apenas graduação, enquanto 56% possuem especialização em nível de pós-graduação, sendo 1 participante especializado em psicopedagogia e 3 em ensino e aprendizagem, estando melhor representado no (Gráfico 3). A partir dessa análise, relacionada à formação docente, foi possível observar a fragilidade dos professores para atuar com o público-alvo da educação especial, posto que os mesmos afirmam que a falta de formação não proporciona segurança para trabalhar com as especificidades dos alunos.

Gráfico 4: Tempo de atuação



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com o gráfico 4 acima, quanto ao tempo de atuação como docente, a maioria atua há mais 21 anos, totalizando 67% dos entrevistados, 11% atua entre 1 e 5 anos, outros 11% entre 6 e 10 anos e os outros 11% correspondentes representam de 11 a 20 anos de docência (Gráfico 4). Os entrevistados que atuam há mais tempo na educação relatam que conseguem trabalhar de forma inclusiva com seus alunos, visto que mesmo com as dificuldades, procuram atender as suas necessidades. Para os mesmos, trabalhar com o novo sempre será um desafio, sendo assim, procuram atuar de maneira que todos tenham uma educação de qualidade. Mas, enfatizam a falta de formação e a importância dela, pois, para que o professor ofereça uma educação de qualidade, ele deve ter uma boa formação.

4.2 Integração ou inclusão: o que pensam os professores.

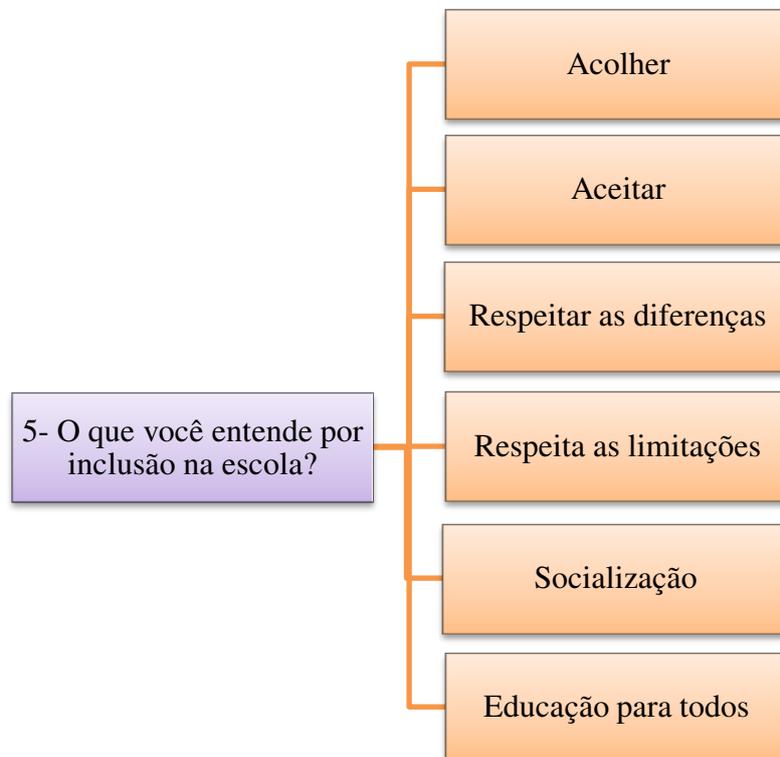
A partir da análise dos dados coletados nesta pesquisa, é possível perceber que a inclusão surge como uma realidade difícil, com muitos obstáculos a serem vencidos no cotidiano profissional. Na literatura, incluir vai além da inserção do aluno com deficiência no interior das instituições do ensino comum.

O processo de inclusão de alunos com deficiência tem sido um grande desafio, pois precisam trabalhar em sala de maneira que o processo ensino – aprendizagem para esse aluno seja facilitado atendendo as suas necessidades. De acordo com Mantoan (2003, p.16), escolas inclusivas devem organizar o sistema educacional de maneira que considere as necessidades de todos os alunos.

O profissional da educação como mediador de conhecimento deve promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que inclusão não está relacionada só aos deficientes e, sim, a toda a escola, na qual a diversidade se destaca, formando cidadãos para a sociedade.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (MANTOAN, 1997, p.120).

Diante disso, a figura 2 apresenta as opiniões e perspectivas dos professores frente a inclusão na escola.

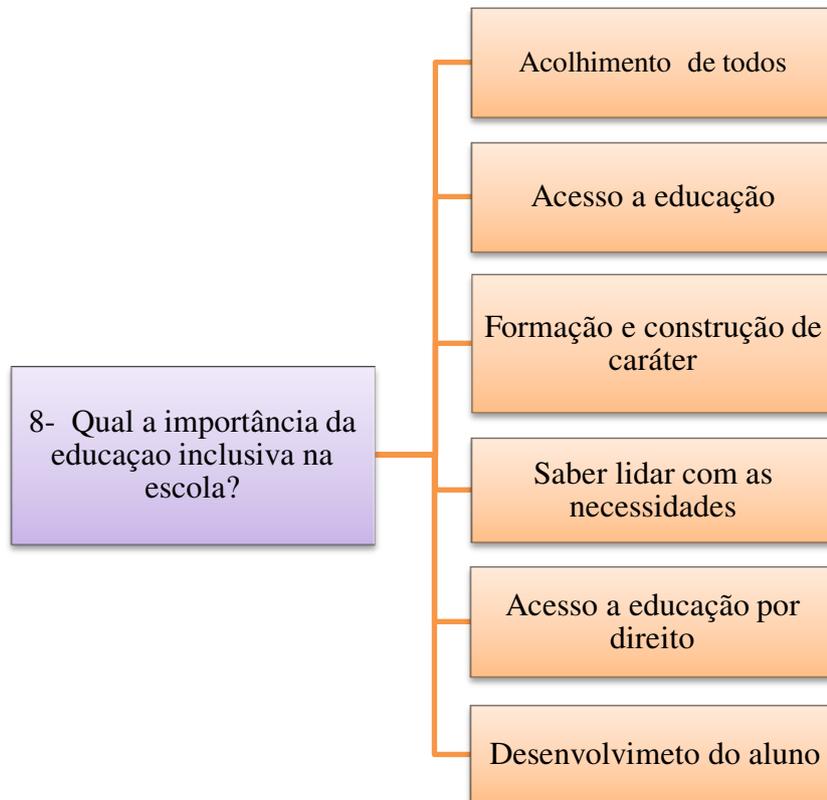
Figura 2 – Inclusão para os professores

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quando questionados a respeito do que entendem por inclusão escolar, os professores responderam de forma diferente, mas todas alinhadas com a atual perspectiva. Por exemplo, A3 afirma que inclusão na escola “*é acolher todos os alunos no sistema de ensino sem discriminação em razão de raça, cor ou condições físicas e psicológicas, garantindo o acesso de todos a educação*”, enquanto o A7 apresentou uma visão mais ampla, indicando que a inclusão escolar não é somente inserir o aluno com deficiência na sala de aula, afirmando que “*a escola deve aceitar o aluno com deficiências fazendo com que ele seja inserido na sociedade respeitando suas limitações e diferenças*”(A7).

De fato, incluir é ter a capacidade de entender e reconhecer as necessidades do outro, como forma de beneficiar todos envolvidos nesse processo. A partir do questionamento feito aos entrevistados sobre qual a importância da educação inclusiva, temos inúmeras opiniões, mas com a mesma perspectiva (Figura 3).

Figura 3 – Importância da educação inclusiva na escola.

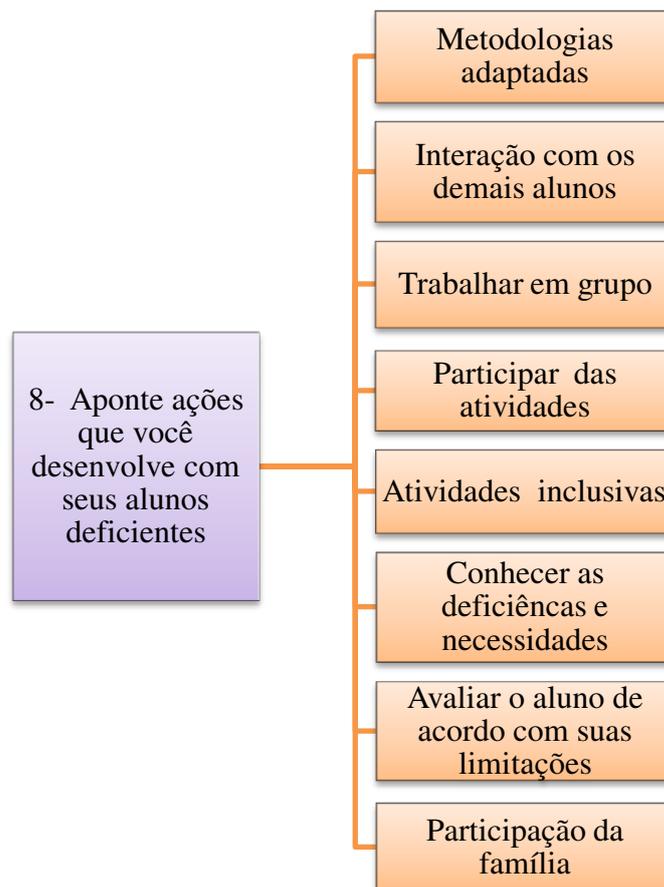


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os Entrevistados defendem a importância da educação inclusiva na escola, como se pode observar nas palavras de A6 quem afirma que a educação inclusiva, “*é essencial na formação e construção do caráter do indivíduo*”. A7 defende a importância desta educação falando: “*Dá oportunidade de todos se desenvolverem dentro de suas limitações*”. Diante dessa fala, os professores enfatizam que o processo de inclusão necessita do seu empenho e dedicação, para que de fato aconteça, os mesmos dedicam-se a inovar suas práticas, pois entendem que os alunos possuem ritmos diferentes de aprendizagem assim, como os próprios

precisam diferenciar sua maneira de ensinar. Tais reflexões demonstram que o processo inclusivo na escola precisa ser modificado em vários sentidos, pois é necessário que as condições de trabalho sejam favoráveis ao aprendizado do aluno e ao trabalho dos professores. A partir de análise, os professores foram questionados sobre quais são as ações desenvolvidas para melhorar a sua metodologia de ensino frente às dificuldades na educação inclusiva (Figura 4).

Figura 4 – Ações desenvolvidas



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto às ações desenvolvidas pelos professores no processo de inclusão, a maioria mostrou que trabalha de forma a colaborar positivamente com a inclusão dos alunos deficientes, uma vez que os mesmos buscam metodologias de ensino de acordo com a necessidade de cada um deles. Como exemplo, A8 diz que *“Trabalho em grupo incentiva a comunicação e desenvolvimento do aluno, assim como conhecer suas necessidades e buscar*

metodologias adequadas as sua dificuldades.”, deixando transparecer, em suas palavras, que, através do contato e da interação com todo grupo escolar, o aluno se desenvolve com mais facilidade. Outros dois professores buscam o auxílio da família e de profissionais especializados, pois sozinhos não se sentem preparados para lidar com a diversidade do alunado, enfatizando não ter tido formação específica.

Os entrevistados enfatizam que buscam maneiras adequadas para avaliar os alunos com deficiências, de modo a observar quais foram os seus avanços e a partir dos resultados investigarem quais mudanças devem ou não ser feita para que o processo de ensino e aprendizagem seja concretizado.

Desse modo, a partir dessa análise, podemos observar que a inclusão não exige dedicação só dos professores, mas de toda a comunidade escolar e que os professores estão conscientes de que não estão preparados para inclusão e precisam de apoio.

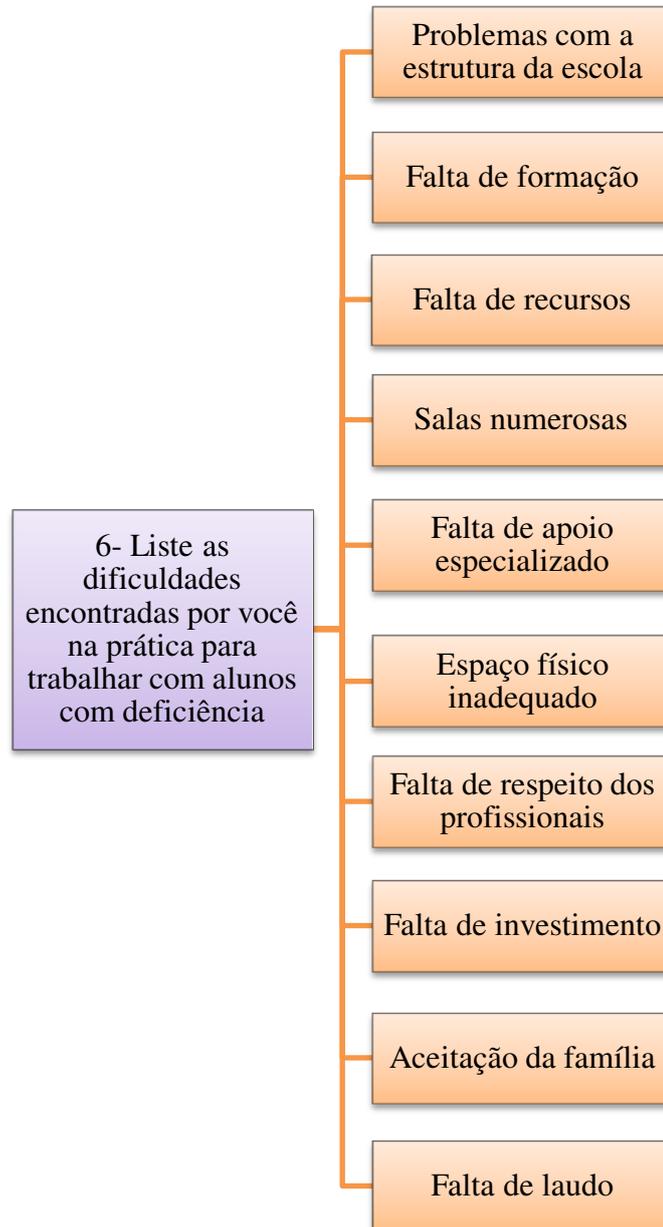
4.3 Os desafios da atuação docente na perspectiva inclusiva

O professor tem um papel fundamental na educação, sendo visto como mediador entre o conhecimento e o aluno. Para que uma escola possa ser inclusiva, é necessário que existam professores preparados a atender as necessidades dos alunos, aptos a lidar com as dificuldades de aprendizagem e desenvolver práticas de ensino que proporcione um bom desenvolvimento daqueles com necessidades educacionais especiais.

Na visão de Mantoan (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um processo muito discutido em diversas áreas. Mas, essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional de que todos, independente de suas necessidades, tenham uma educação de qualidade, e que a inclusão depende de como trabalhamos com a diversidade e as diferenças.

Após a leitura dos questionários e análise dos dados, verificaram-se alguns pontos bastante citados pelos entrevistados (Figura 5).

Figura 5– Dificuldades para prática inclusiva



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante das dificuldades citadas pelos entrevistados ao trabalhar com alunos com deficiência, os professores alegam falta de formação para atender as necessidades dos mesmos. “*Falta preparação, não somos habilitados o suficiente*” (A9). Percebe-se, nesse sentido, que os professores sentem insegurança e incapacidade frente à deficiência do aluno e enfatizam que o trabalho com a inclusão exige uma formação na área.

Outro ponto a ser destacado é sobre a falta de apoio dos profissionais especializados, sendo necessário para desenvolver o seu trabalho com sucesso. O trabalho em equipe é ferramenta de extrema importância na aprendizagem. Como exemplo, o A2 afirma que *“falta compreensão dos colegas de trabalho que não respeitam as crianças com deficiência”*, toda a escola deve dar o apoio necessário ao professor, para que juntos e em equipe possam alcançar objetivos e metas almejados.

A realidade relacionada às condições de trabalho foi outro fator bastante citado entre os educadores, assim como o número elevado de alunos por turma, a estrutura física inadequada, falta de cursos e equipamentos, fatores esses que desfavorecem a inclusão contribuindo para que a mesma não se efetue como deveria. Com isso, inúmeros desafios são postos para os professores que, mesmo em meio às dificuldades e falta de formação para lidar com alunos deficientes, tem o dever de desenvolver estratégias de ensino de forma a contribuir para a inclusão.

Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo. Sugerimos algumas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, possíveis de serem aplicadas.

De acordo com o MEC, as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível (BRASIL, 2000, p. 7).

Essas adaptações são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instâncias superiores e terem sua efetivação totalmente realizada através do trabalho docente.

De modo geral, dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;

- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

Quando falamos em adaptações curriculares de pequeno porte, relacionamos a pequenas adaptações realizadas no currículo, pelo professor de forma a permitir e melhorar a participação do aluno na sala de aula de maneira significativa.

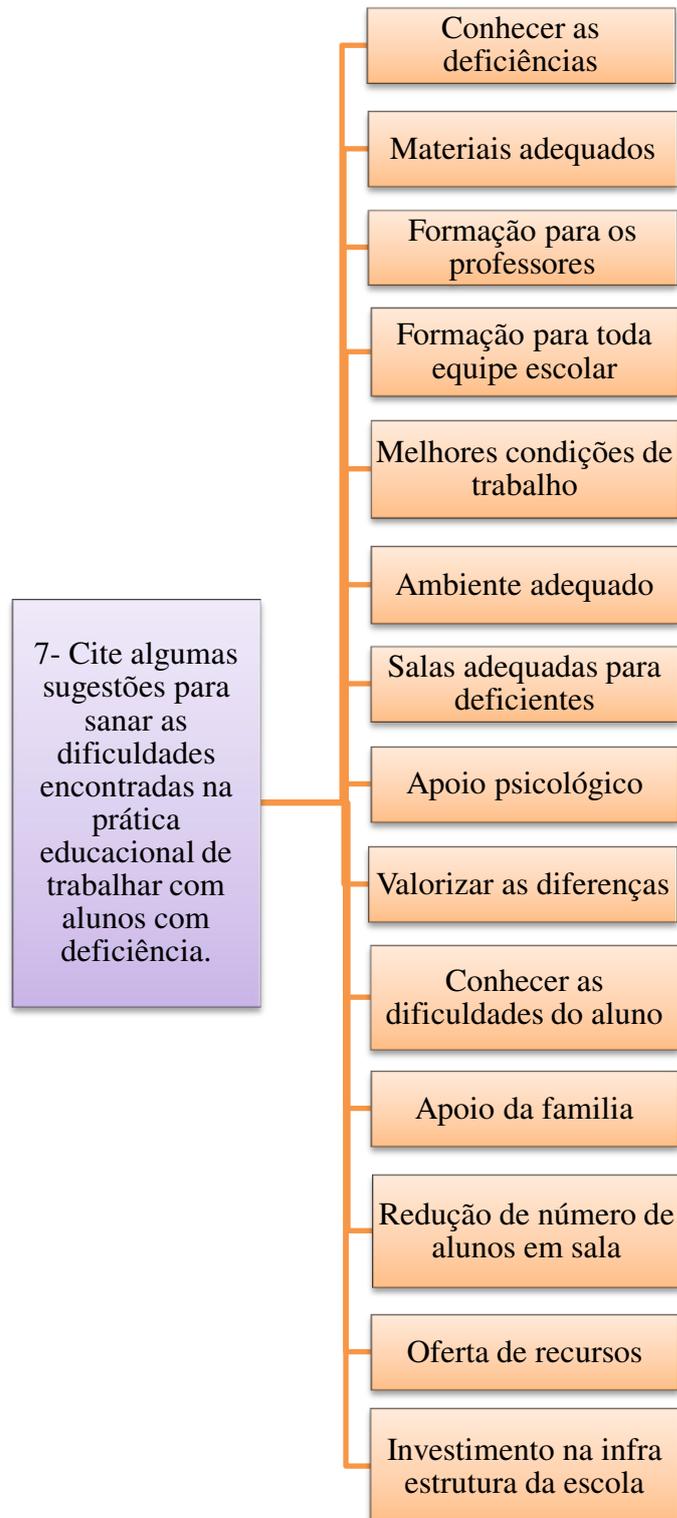
Além dessas adaptações, devemos refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade. Dessa maneira, ao identificar as necessidades do aluno, podemos oferecer uma educação para todos, atendendo todas essas especificidades.

É importante ressaltar ainda que, antes de trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

Mantoan (2003) afirma que para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos possuem conhecimento prévio sobre alguma coisa, e que todo educando pode aprender, mas no seu tempo e da maneira que melhor compreender. Além do mais, é fundamental que o professor incentive o aluno em relação a sua capacidade de progredir e que busque sempre meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.

Diante das adaptações sugeridas pelo MEC, podemos relacionar com as sugestões citadas pelos professores como meio de sanar as dificuldades encontradas na prática ao lidar com alunos com deficiência (Figura 6).

Figura 6 – Sugestões e Possibilidades



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Nos depoimentos dos professores, percebe-se a preocupação em lidar com a inclusão escolar. Frente às dificuldades citadas pelos educadores anteriormente (Figura 3), pedimos que sugerissem ações para melhorar sua prática educacional com alunos deficientes. Pelos dados coletados, verificou-se que reduzir o número de alunos em sala, o apoio da família, investimento na infraestrutura da escola, apoio psicológico e ambiente adequado foram bastante citados entre os entrevistados. Isso, de acordo com a visão dos professores compromete a escolarização dos alunos.

Como exemplo, (A3) sugeriu “*maiores investimentos em infraestrutura da escola, oferta de recurso e organização quanto o numero de alunos em sala*”. Outra sugestão foi “... *conhecer as dificuldades do aluno, a família trabalhar em coletivo com a escola e buscar apoio psicológico*” (A6). Tais reflexões indicam que inclusão precisa ser modificada em vários aspectos, sendo necessário que haja condições favoráveis ao aprendizado do aluno e ao ensino dos professores.

As condições de trabalho, por exemplo, podem contribuir ou não com esse processo de ensino e aprendizagem. Para Mantoan (2003, p.27), quando as condições de trabalho pedagógico são favoráveis, o ensino é de qualidade, haja vista que [...] “*existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos*”. Diante dessa discussão, fica claro que os professores têm conhecimento sobre a necessidade de se buscar sanar as problemáticas em torno do tema, destacando a necessidade de conhecimento acerca dessa realidade, a fim de proporcionar ao aluno a educação de qualidade a modo de atender as especificidades de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços da inclusão escolar de alunos com deficiência foram consideráveis com o passar dos anos, mas ainda são um grande desafio para a comunidade escolar, os professores, que atuam como intermediadores desse processo de aprendizagem precisam aperfeiçoar suas práticas para que possam desenvolver um trabalho que garanta o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Além da garantia de uma educação inclusiva que favoreça a aprendizagem significativa, também se faz necessária a permanência do aluno na escola, que, por vezes, não depende somente do trabalho do professor, pois os mesmos necessitam de condições de trabalho que favoreçam o desenvolvimento do aluno com deficiência e contribuam para a efetivação da inclusão.

No entanto, existem outras dificuldades que se mostram como desafios a serem superados, de acordo com o que expõe os professores envolvidos nesta pesquisa. Esses aspectos são alvo das discussões sobre as condições em que se efetiva a inclusão no contexto escolar. Os professores mostram-se abertos a receber os alunos público-alvo da educação especial, mas somente isso não garante que a inclusão aconteça, já que depende de estrutura adequada e da melhoria da formação dos professores.

A escola possui sala de recursos e rampas de acesso, mas, apesar disso, o trabalho com alunos com deficiência ainda apresenta desafios que parecem precisar ir além de adequar as estruturas físicas das instituições. Além disso, alguns fatores como a falta de formação adequada, salas numerosas refletem no trabalho docente as dificuldades de efetivar a inclusão dos alunos com deficiência.

Isso significa que o processo para uma escola ser inclusiva requer participação e contribuição efetiva de todos; pais, professores e toda a comunidade escolar. A ajuda das famílias é uma maneira de entender as dificuldades e necessidades de cada aluno, essa parceria, pois, é fundamental para troca de informações, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos.

Diante dessa perspectiva, novos estudos podem ser desenvolvidos a fim de promover ações de conscientização das pessoas frente à realidade de inclusão escolar, e desta maneira proporcionar aos professores um apoio em sua prática, pois a construção de uma escola inclusiva requer mais que ações desenvolvidas pelos mesmos. Esse processo exige o

comprometimento de todos e da instituição em criar condições favoráveis para garantir a qualidade educacional para os alunos com deficiência.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative research for education**. in J. Wellington, (2000) Educational Research: Contemporary Issues and Practical Research, London: Continuum, 1982.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais**, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2008.

CORREIA, L.M. (1997). **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares**, Porto, Porto Editora.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

FÁVERO, O.; FERREIRA, T. I.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1994

FERREIRA, Maria Cecília C.; FERREIRA, Júlio R. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In: GÓES, Maria Cecília R.; LAPLANE, Adriana Lia F de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE - Cidades@. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em: 01 de março de 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos**. Revista Integração, nº 20, p. 29-32, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia Qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 30, p. 285-300, São Paulo, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SASSAKI, R. K. **Panorama Geral da Inclusão Social.** - 1º Seminário de Políticas Públicas do Município de Limeira sobre Pessoas com Deficiências. São Paulo, Limeira, 24 de setembro de 2003.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos.** Recife: Editora Rêspel, 2014. 177 p.

APÊNDICES

Apêndice 1. Questionário aplicado aos professores do ensino fundamental I.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE BIOLOGIA E QUÍMICA

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Informações gerais

Favor marcar com um **X** somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Faixa de idade:

Até 25 anos

De 26 a 35 anos

De 36 a 45 anos

De 45 a 60 anos

Acima de 60 anos

3. Nível de formação:

Doutorado

Mestrado

Especialização

Magistério

Graduação

Outro

Se possuir pós-graduação, especifique: _____

4. Tempo de atuação:

Entre 1 e 5 anos Entre 6 e 10 anos Entre 11 e 20 anos

21 anos ou mais

5. O que você entende por inclusão na escola?

6. Liste as dificuldades encontradas por você na prática para trabalhar com alunos com deficiência

7. Cite alguma sugestão para sanar as dificuldades encontradas na prática educacional de trabalhar com alunos com deficiência. Discuta essas possibilidades.

ANEXOS

Anexo 1. Termo de autorização para coleta e utilização de dados.



TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, **DIRETORA** DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada: **OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CUITÉ - PB**, nesta instituição, que será realizada no período de 14 a 24 de Abril de 2019, tendo como pesquisadora responsável a Prof.^a Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa, e-mail: professorakiara@gmail.com, lotada na Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde. E a orientanda Junielly Soares Silva.

Local _____ **Data:** _____

ASSINATURA E CARIMBO

Anexo 2. Termo de consentimento livre e esclarecimento.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CUITÉ - PB**, que está sob a responsabilidade da Junielly Soares Silva sob orientação da Prof.^a Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa, e-mail: professorakiara@gmail.com, lotada na Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde. Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CUITÉ - PB

Os riscos são mínimos no desenvolvimento da pesquisa para o voluntário, tendo como resultados da pesquisa benefícios diretos e indiretos, como a possibilidade de reflexão sobre a própria prática pedagógica, que poderão favorecer novas reflexões no campo educacional originando assim novas práticas educativas. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (questionário, entrevistas), ficarão armazenados em (pastas de arquivo e no computador pessoal da pesquisadora responsável), pelo período de no mínimo 5 anos. Nada lhe será pago e nem será cobrado para

participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFCG.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (Duas testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

TESTEMUNHAS:
